



Número: **0824572-48.2016.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **20/05/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO, SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALEX MENDONCA CAMELO (AUTOR)		FRANCISCO CARLOS MEIRA DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
3855269	20/05/2016 15:35	Petição Inicial	Petição Inicial
3855318	20/05/2016 15:35	Atendimento Hospital	Documento de Comprovação
3855322	20/05/2016 15:35	Atestado	Documento de Comprovação
3855326	20/05/2016 15:35	CNH Alex	Documento de Identificação
3855329	20/05/2016 15:35	Declaração	Documento de Comprovação
3855332	20/05/2016 15:35	Fotos Veículo	Documento de Comprovação
3855336	20/05/2016 15:35	Fotos	Documento de Comprovação
3855339	20/05/2016 15:35	Procuração	Procuração
3924622	30/05/2016 16:57	Despacho	Despacho
7001024	16/03/2017 17:27	Certidão	Certidão
7781502	09/06/2017 07:57	Despacho	Despacho
16295975	30/08/2018 14:52	Petição juntada de pedido administrativo	Petição
16295992	30/08/2018 14:52	Pedido Administrativo Alex Mendonça	Outros Documentos

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA _____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA- PB.

ALEX MENDONÇA CAMELO, brasileiro, casado, Id nº 2468379, SSP-PB, CPF nº 036.041.644-60, residente e domiciliado na Rua Caetano Filgueiras, nº 791, Torre, João Pessoa-PB, CEP:58040-391, por seu advogado e procurador *in fine* assinado, nos termos do instrumento procuratório em anexo (doc. 01), vem à presença de Vossa Excelência ingressar com

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT nos termos da Lei 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92

em face da **Seguradora LIDER - DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede situada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-205, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

Preliminarmente:

DA JUSTIÇA GRATUITA

O requerente requer que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, tendo em vista que o mesmo não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família.



DOS FATOS

O requerente comprou uma Fiat Strada Adventure Cabine Dupla, ano 2011 e modelo 2012, placa NQK-2644, Lucena-PB.

Acontece Excelência que o promovente sempre cumpriu religiosamente as revisões na autorizada, **no entanto, no dia 30/08/2013, por volta das 21:40 horas, na BR 101, KM 53,10, o promovente dormiu ao volante e colidiu violentamente na traseira do Caminhão Mercedes Benz, placa KIH-8091**, conforme constata-se através de fotos retiradas pela pericia da Policia Rodoviária Federal e fotos retiradas pelo autor, em anexo.

Tanto na pericia da Policia Rodoviária Federal como nas fotos do promovente, verifica-se que os air bags frontais nenhum disparou, causando sérios danos físicos ao mesmo, pois recebeu todo o impacto em sua face e membros superiores.

Estar patente que um item de segurança, ao qual foi motivo primordial pela escolha do veículo, o mesmo não funcionou como era para ter acontecido, causando sérios problemas físicos na face do promovente.

Ocorre que até a presente data o mesmo não obteve êxito no recebimento do seguro, motivo pelo qual lançou mão da presente.

DO DIREITO

DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM

O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores em vias terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

No caso em tela, é direito do autor perceber uma indenização pela invalidez permanente.



DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei nº 6.194/74, por seu turno, determina que em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras, que realizam operações referentes a seguro, qualquer uma conveniada ao consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo, no que concerne ao recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo FENASEG constitui-se parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Seguradora - Itaú Seguros S.A., ora ré.

Neste norte, alinha-se o seguinte, *in literis*:

“APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEGITIMIDADE SEGURADORA - Qualquer seguradora autorizada a operar com DPVAT, é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, portanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela melhor lhe provar, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados” (TAMG - AP 050628-9)

DO MÉRITO

Em conformidade com o art. 3º da lei nº 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial e por despesas de assistências médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoas vitimada:

1. *Omissis;*



2. Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
3. *Omissis.*

§ 1º No caso de cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observando o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual estabelecido ao valor máximo da cobertura;

Omissis

Também, de acordo com o artigo 757, do Código Civil, "pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados". Geralmente, o contrato formaliza-se com uma proposta assinada pelo segurado e pelo recebimento de uma apólice, que conterá os riscos assumidos, o valor do bem segurado, o prêmio e as demais estipulações pertinentes.

Ademais o anexo da lei prevê que os danos corporais totais, como é o caso em tela e será confirmado pela perícia requerida ao final, regulamenta em 100% do valor da indenização, ou seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Assim, resta claro que o requerente deverá ser indenizado pelo seguro, como medida de direito.

Ademais, o requerente acosta documentos, comprovando a situação argüida.

Neste sentido acosta Jurisprudência referente a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO PARCIAL, PORTANTO, RECONHECIDA A INVALIDEZ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. VALIDADE DA



QUITACÃO. SALÁRIO MÍNIMO - ART. 7º, INC. IV, DA CF. COMPETÊNCIA DO CNSP. VALOR DA INDENIZAÇÃO. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. I. A expedição de ofício a Fenaseg é diligência que cabia à própria recorrente, não caracterizando cerceamento de defesa o indeferimento de tal pedido. II. Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do [autor](#), sendo competente para o julgamento o Juizado Especial Cível. III. É legítima passiva a seguradora ré para saldar eventual diferença relativa a seguro DPVAT, mesmo que não tenha sido ela a realizar o pagamento inicialmente disponibilizado à parte, na via [administrativa](#), pois integrante do grupo de seguradoras que respondem por tais indenizações. IV. Quitação dada pelo beneficiário, em valor inferior ao devido, não afasta o direito do interessado de obter a diferença de valor fundada em Lei. A renúncia a direitos deve sempre ser interpretada restritivamente. V. A aplicação do salário mínimo não ocorre como fator de reajuste, mas como mero referencial, não existindo ofensa ao disposto no art. 7º, inc. IV, da CF. VI. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, e a M.P nº 340, posteriormente transformada na lei 11.482/07, são os únicos textos legais que conferem competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. VII. O valor de cobertura do seguro obrigatório ao evento invalidez por acidente de trânsito é de quarenta salários mínimos. O pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e dos danos decorrentes. VIII. Consoante Súmula 14 das Turmas Recursais, revisada em 24/04/2008, o termo inicial para a incidência de juros é a partir da citação e a correção monetária é a data do adimplemento parcial. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71001655497, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 04/06/2008)

Indenização - DPVAT - Invalidez permanente - Fixação do DPVAT em salários mínimos - Valor da data da liquidação do sinistro - Legalidade. Demonstrados nos autos os danos permanentes oriundos de acidente de trânsito, impõe-se o pagamento do seguro obrigatório DPVAT. Ausência de vedação como indexador. O valor da indenização deve ser pago com base no valor da época da liquidação do sinistro, nos termos do artigo 5º, § 1º, da Lei nº 8.441/92 e não da data do acidente. (1ª Turma Recursal de Betim - Rec. nº 027.05.052854-9 - Rel. Juíza Sandra Eloísa Massote Neves). Boletim nº 84

Ademais, estar provado que houve o acidente e a debilidade do requerente, devendo ser feita nova perícia para comprovar a debilidade permanente.

DO PEDIDO



Ante todo o exposto, requer:

1) A citação e intimação, para audiência de conciliação, via postal, da Requerida no endereço supra citado, para querendo, responder nos termos da presente ação sob pena de revelia e confissão.

2) A designação de perito oficial, para realização de perícia no autor e consequentemente a comprovação das lesões narradas anteriormente, graduando as lesões.

3) Que seja julgado procedente o pedido, condenando a requerida ao Pagamento integral do Seguro Obrigatório - DPVAT, conforme determinado em lei, no valor de R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS).

4). A condenação em danos materiais, a serem apurados no decorrer do processo.

5). Que seja condenado ao ressarcimento e pagamento de todos os gastos com atendimento médico, medicação e transportes com correção monetária e juros.

5)Aplicação da correção monetária e juros moratórios de 1% ao mês a partir da data do fato.

6) a Condenação da ré em custas e honorários advocatícios em 20% do valor da causa.

7) **Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser a requerente de pessoa pobre nos termos da Lei nº 1060/50.**

1. Protesta provar o alegado por todos, caso necessário por meio de testemunhas, que será arrolada abaixo, em fim todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se a causa o valor meramente para efeitos fiscais de R\$ 13.500,00(treze mil e Quinhentos Reais).

Nestes Termos.

Pede Deferimento.



João Pessoa, 20 de maio de 2016.

Francisco Carlos Meira da Silva

Advogado OAB/PB nº 12.053



Adriano D. Oliveira
Lugo-Mello, 01/01/1973
CPF: 170652153-1

1) Alta Hospitalar

3) Alta da BMF.

3) Prescrição e Sutura

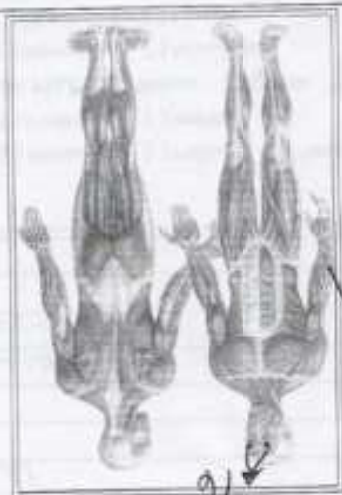
CD - 1) Prescrição de BMF

da face.
rinsio de fraturas nos ossos
de órbita ⑤, não apresentando
e na face de maxila
rinsio com fratura frontal,
exame físico normal após
acab, normocorado, eufórico,
desmaiado e em vômito, desidratado
hemodinâmico, sem história
recente vítima de acidente

08/01/13

F - 12.951



EXAME SECUNDÁRIO ALERGIA: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim MEDICAMENTO: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim IMUNIZAÇÃO: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim PATOLOGIA: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim ALIMENTOS INGERIDOS: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim		LOCAL DA LESÃO (identifique o local com o número correspondente ao lado)				OBS:			
19 Fratura Óssea Fechada 20 Fratura Óssea Aberta 21 Hematoma 22 Injúria Nervosa 23 Laceração 24 Lesão Tendinea 25 Luxação 26 Mordedura 27 Movimento torácico paradoxal 28 Objeto Encaixado 29 Otorrágia 30 Paralisia 31 Parestesia 32 Parestesia 33 Queimadura 34 Rinorrágia 35 Sinais de Isquemia 36		1 Abrasão 2 Amputação 3 Avulsão 4 Contusão 5 Crepitação 6 Dor 7 Edema 8 Empiamento 9 Enfisema subcutâneo 10 Esmagamento 11 Equimose 12 F. Arma Branca 13 F. Arma de Fogo 14 F. Contuso 15 F. Contante 16 F. Conto-Contuso 17 F. Perfuro-Contuso 18 F. Perfuro-Contante		10 9 8 7 6 5 4 3 2 1		1 - Resposta C6 2 - Lesão distal em F. Nervo 3 - Nervo C6		10 9 8 7 6 5 4 3 2 1	
PROCEDIMENTOS REALIZADOS <input type="checkbox"/> Tomografia computadorizada <input type="checkbox"/> Ultrassonografia (FAST) <input type="checkbox"/> Radiografias <input type="checkbox"/> Lavado peritoneal <input type="checkbox"/> Gasometria arterial <input type="checkbox"/> Tipagem sanguínea		CONDUZ E PROCEDIMENTOS ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:		CÓDIGO		ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:			
EXAMES SOLICITADOS		SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO		do dia / do dia / do dia		do dia / do dia / do dia			
QUEIMADURA: Superfície corporal lesada (negra da palma): <input type="checkbox"/> 1º grau <input type="checkbox"/> 2º grau <input type="checkbox"/> 3º grau		DESTINO DO PACIENTE <input type="checkbox"/> Centro cirúrgico <input type="checkbox"/> Transfêrencia (unidade de saúde) <input type="checkbox"/> Internado (setor) <input type="checkbox"/> Alta hospitalar <input type="checkbox"/> Obito		ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:		ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:			

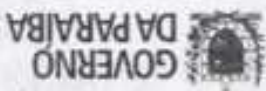
5802 = 9800

Imprimir

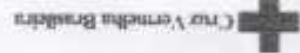
Atendido por		ELIZANGELA CAVALCANTE DE PINHO	
Diagnóstico		CD	
Dados clínicos			
Razo X [] Sangue [] Urina [] TC [] Líquor [] ECG [] Ultrassonografia []			
Exames complementares			
PA	mmHg	Pulso	Temperatura
Sinais Vitais			
SAMU		A MAE	
Meio de transporte		Quem transportou	
Não		Não	
Caso policial		Veto de ambulância	
Não		Trauma	
Indicadores e Transporte			
URGÊNCIA		ACIDENTE DE AUTOMÓVEL	
Caráter de atendimento		Distrito do acidente	
VERMELHA		SAMU	
Classificação de risco		Origem do paciente	
CLÍNICA MÉDICA		CLÍNICA MÉDICA E NEURO	
Especialidade		Clínica	
Data e Hora Prevista		Número da planilha	
30/08/2013 23:24:38		1000001831695	
Admissão			
Número		Compartimento	
791		Bairro	
CEP		Logradouro	
		AV. CAETANO FILGUEIRAS	
Endereço			
Naturalidade		CBO/R	
JOAO PESSOA			
Local de procedência		Tipo	
MAMANGUAPE		MUNICÍPIO	
CNH		UF	
Tipo documento		PB	
83			
DDD Móvel		DDD Fixo	
32247977		Fone Fixo	
MEDIO COMPLETO			
Escandade		Responsável (Parentesco)	
LUCIA DE FATIMA DE MENDONCA CAMELO		A MAE - MAE	
Mãe		JOSÉ DE SOUZA VELLOSO CAMELO	
Data de nascimento		Estado civil	
12/03/1981		CASADO(A)	
Idade		Religão	
32 Anos		EVANGELICA	
Nome		Sexo	
ALEX MENDONCA CAMELO		Masculino	
Identificação do paciente			

Boletim de Atendimento Emergencial: 710535

Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro Gondim Joao Pessoa - Paraíba - Cep: 58031-090 - CNES: 2593262 - FONE: (71) 3218-5736 / 3218-5775



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



http://172.16.0.6:8080/cvb/pages/boletimEmergencia



Adriano D. Oliveira
Lugo-Mello, 1971
MES 1706324584
CPF - 2149

1) Alta Hospitalar

3) Alta da BMF.

3) Prescrição e Sutura

CD - 1) Prescrição de BMF

da face.
rinsio de fraturas nos ossos
de osso ⑤, não apresentando
e na face superior
rinsio com fratura frontal,
exame físico normal após
acab, normocorado, eufórico,
desmaiado e em vômito, desidratado
hemodinâmico, sem história
recente vítima de acidente

08/013

F - 12.951.



REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL

520752000

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO

520752000

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO
CARTeira NACIONAL DE HABILITACAO

Nome: ALEX MENDONCA CAMELO

CPF: 036.041.644-60

DATA NASCIMENTO: 12/03/1981

Sexo: M

Nome do pai: JOSE DE SOUZA VELOSO

Nome da mãe: LUCIA DE FATIMA DE MENDONCA CAMELO

RG: 2468379

Estado: PB

CPF: 01308871140

Validade: 27/12/2016

1ª Emissão: 16/06/2000

AB

Assinatura do Portador: 

Local: JOAO PESSOA, PB

Data Emissão: 28/12/2011

Assinatura do Emissor: 

Assinatura do Emissor: FRANCISCO CARLOS MEIRA DA SILVA

Assinatura do Emissor: 84335679404

Assinatura do Emissor: PB023364858



ALEX MEDONÇA CAMELO

João Pessoa, 05 de setembro de 2013.

PODERES: For este instrumento participar de processo, nomeia e constitui, com a cláusula **AD JUDICIA ET EXTRA**, seu bastante procurador e advogado, o bacharel acima qualificado, para o foro em geral, em qualquer instância e grau administrativa, especialmente o defender os direitos do Outorgante nos processos, ações, ações incidentes, em que seja autor, réu, oponente, assistente, interessado, indiciado ou de qualquer natureza processual, podendo, para tanto, usar todos os recursos necessários, inclusive constituir, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, renunciar, em fim, praticar todos os atos legais visando o bom desenvolvimento do presente mandato, e, ainda, subdelegar, no todo ou em parte, dando todo bom, firme e valioso.

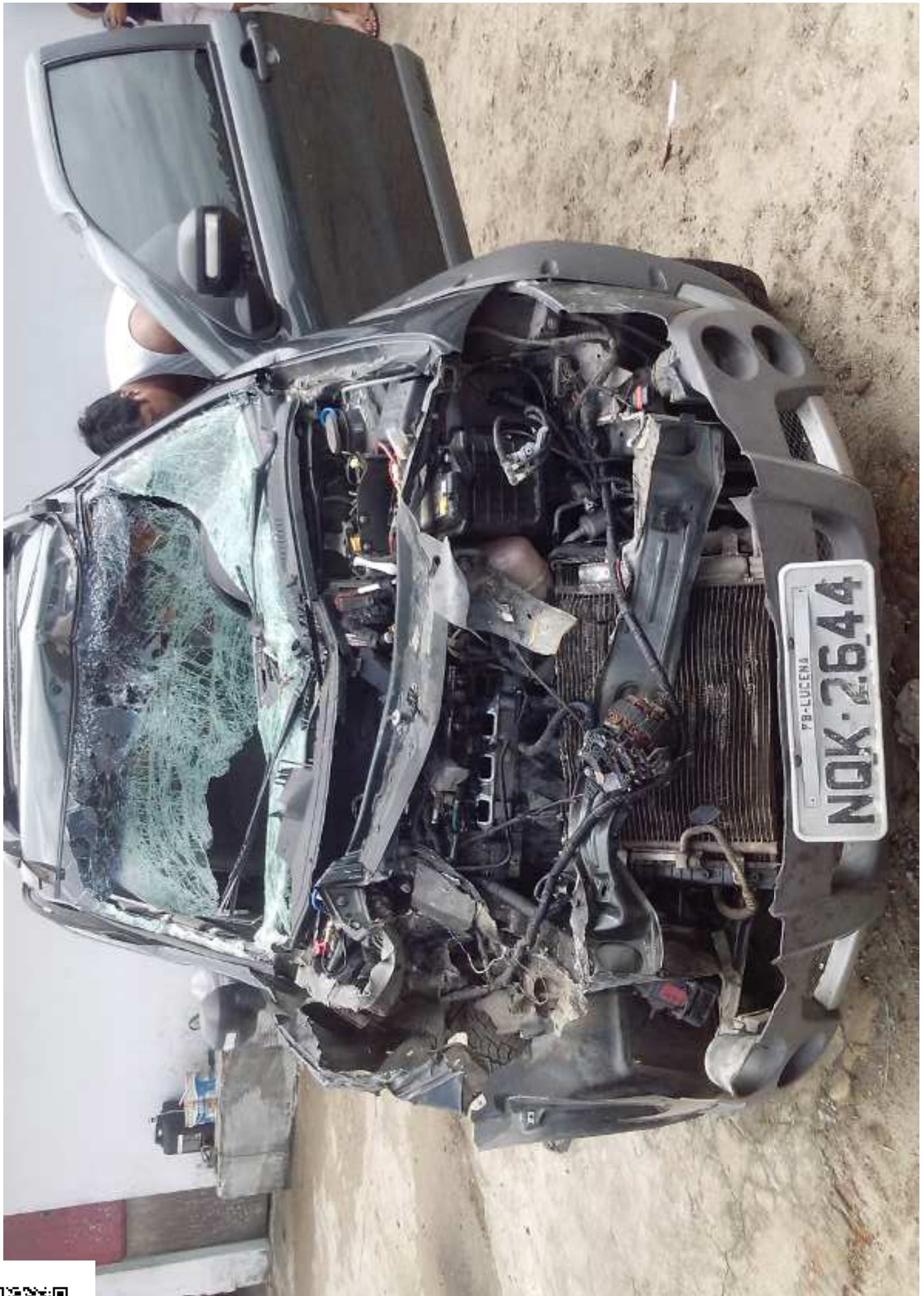
OUTORGANTE: ALEX MEDONÇA CAMELO, brasileiro, casado, ID Nº 2468379, SDE-PB, CPF Nº 036.041.644-60, residente e domiciliado na Rua Castelo Elizabetas, nº 791, Torre, João Pessoa-PB.

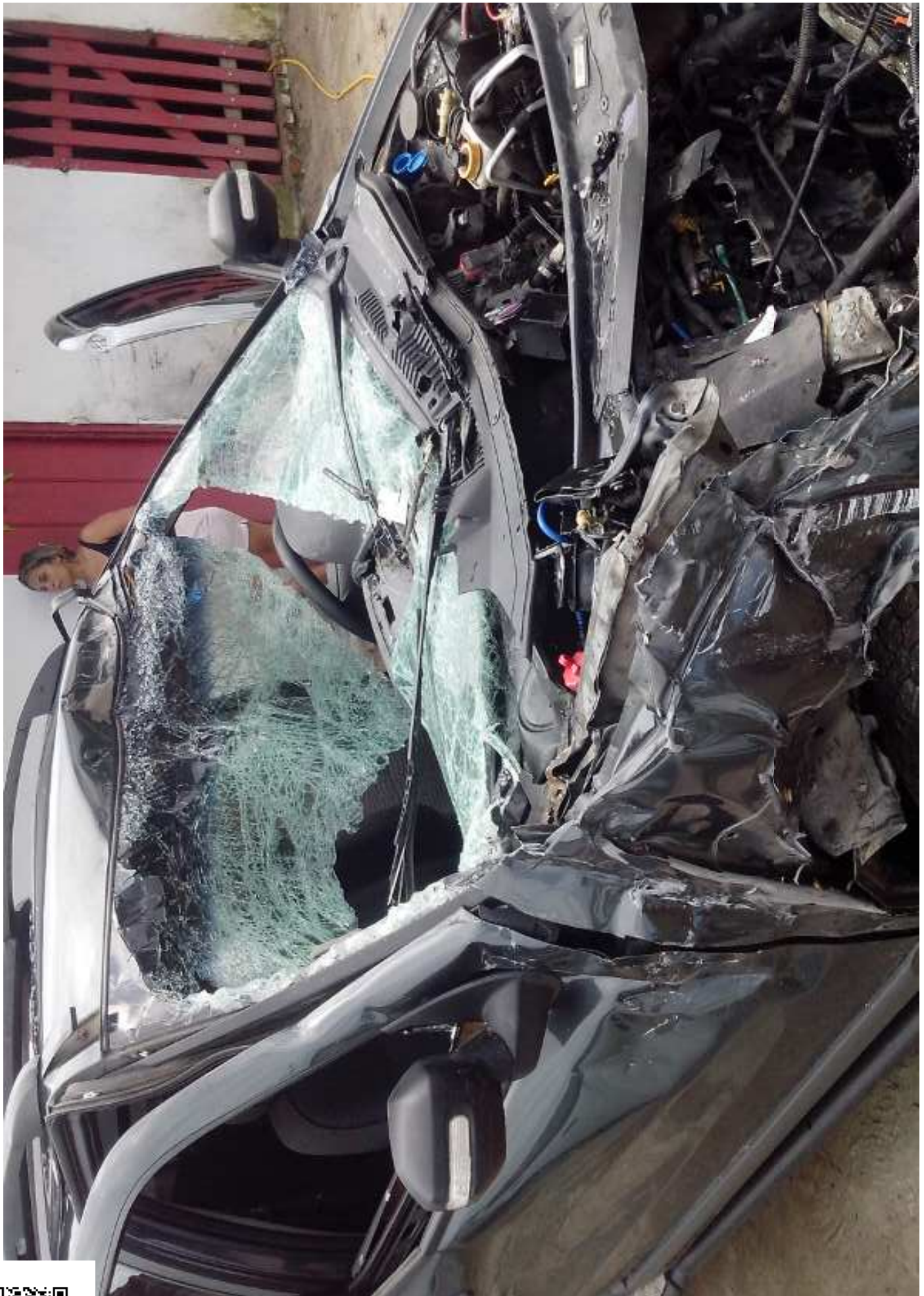
OUTORGADOS: FRANCISCO CARLOS MEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB sob nº 13.053, com escritório situado na Avenida Dom Pedro II, nº 987, sala 203, Centro, João Pessoa - PB, onde recebe as intimações de rito.

PROCURAÇÃO AD JUDICIA

Advogado e Constituinte Assinam
Dr. Francisco Carlos Meira da Silva























DECLARAÇÃO

Eu, **ALEX MENDONÇA CAMELO**, brasileiro, casado, Id nº 2443379, SSP-PB, CPF nº 036.041.644-60, residente e domiciliado na Rua Castano Filgueiras, nº 791, Torre, João Pessoa-PB, declaro para os devidos fins de direito que não possui condições financeiras de arcar com custas e honorários advocatícios sucumbenciais sem haver o comprometimento do sustento próprio e de minha família. Tudo em consonância com a Lei nº 1060/50.

João Pessoa, 03 de setembro de 2013.

ALEX MENDONÇA CAMELO





Poder Judiciário da Paraíba
10ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) 0824572-48.2016.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Designa-se audiência de conciliação (CPC, art. 334).

Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º).

Cite-se e intime-se a parte ré (CPC, art. 334, parte final).

Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10).

Em não havendo autocomposição, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, *caput*), terá início a partir da audiência ou, se o caso, da última sessão de conciliação (CPC, art. 335, I).

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344).

Defiro a justiça gratuita.

Intime-se.



JOÃO PESSOA, 30 de maio de 2016.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
10ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número	do	Processo:	0824572-48.2016.8.15.2001
Classe:		PROCEDIMENTO	COMUM (7)
Assunto:		[SEGURO ,	SEGURO]
Polo ativo:	AUTOR:	ALEX MENDONCA	CAMELO
Polo passivo:	RÉU:	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A	

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, tendo em vista o MM Juiz de Direito encontrar-se designando audiência, faço conclusão dos autos.

JOÃO PESSOA, 16 de março de 2017
PATRICIA WALESKA GUERRA SANTOS



Nº do Processo: 0824572-48.2016.8.15.2001
Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Assuntos: [SEGURO, SEGURO]
AUTOR: ALEX MENDONCA CAMELO
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA DE JOÃO PESSOA-PB

ALEX MENDONÇA CAMELO, já devidamente qualificado nos autos da Ação em epígrafe, através de seu advogado, vem à presença de Vossa Excelência requerer a juntada do comprovante de pedido administrativo, conforme anexo.

Nestes termos.

Pede deferimento.

João Pessoa, 30 de agosto de 2018.

Francisco Carlos Meira da Silva

Advogado OAB/PB nº 12.053



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 30300151 - AC LUCENA
LUCENA - PB
CNPJ....: 34028316222602 Ins Est.: 160745500

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF.....: 09248608000104
Doc. Post.....: 292741420
Contrato....: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709
Cartao...: 62267655

Movimento...: 29/08/2018 Hora.....: 11:44:50
Caixa.....: 88016671 Matricula...: 84769122
Lancamento...: 024 Atendimento: 00012
Modalidade...: A Faturar ID Tiquete...: 1519900066

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	23,26+
Valor do Porte(R\$)...	23,26	
Peso real (G).....	95	
CNPJ/CPF Remet : 03604164460		
Nome Remetente : ALEX MENDONCA CAMELO		
Endereco Remet.: AVENIDA Avenida Caetano Fi		
Cont Endereco...: Igueiras - ate 677/678,701		
Cep Remetente...: 58040-390		
Cidade Remet...: JOAO PESSOA		
UF Remet.....: PB		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	29,00+
Valor do Porte(R\$)...	29,00	
Cep Destino: 20031-205 (RJ)		
Peso real (G).....	95	
OBJETO.....: SN539957527BR		

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 52,26

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais
Nome: *Francisco Carlos Meira da Silva* RG: 3824848
Ass. Responsável.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo! Baixe o APP de Pré-Atendimento d
os Correios;
comenda cilíndrica ou esférica
implica cobrança adicional de R\$ 20,00.

VIA-CLIENTE

SARA 7.8.01

